



TRT-SP analisará se salário no Poupatempo Lapa é menor que dos outros

A Justiça do Trabalho determinou que os contratos dos funcionários terceirizados do Poupatempo da Lapa, em São Paulo, sejam abertos e que se tenha uma comparação de todos os salários das unidades do Poupatempo no estado. Também foi determinado que os grevistas voltem ao trabalho até o julgamento da greve, que ficou marcado para o próximo dia 30 — caso não haja conciliação entre as partes na audiência marcada para esta quarta-feira (23/1). O caso está sendo julgado no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

Para o Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros, Colocação e Administração de Mão de Obra, Trabalho Temporário, Leitura de Medidores e Entrega de Avisos do Estado de São Paulo (Sindeepres), a determinação da Justiça em abrir os contratos é um avanço, pois a abertura pode mostrar o porquê de trabalhadores que exercem a mesma função terem remuneração diferente.

"A decisão de abrir os contratos é uma derrota para a empresa e um avanço para que se tenha no futuro a equiparação salarial de todas as unidades do Poupatempo", afirma Genival Beserra Leite, presidente do Sindeepres.

Para o sindicato, a determinação da volta dos trabalhadores aos seus postos mostra que o movimento é pacífico e colabora com a Justiça. "Nós sempre vamos ser a favor de prestar o melhor serviço à população, como já foi provado em pesquisa que atesta que o atendimento no Poupatempo é excelente. Por isso, voltaremos ao trabalho, mas com a mesma disposição para aguardar a Justiça do Trabalho", diz Genival.

A remuneração diferente é o motivo da greve na unidade da Lapa, e que já motivou outros movimentos em unidades do interior e da Capital. Os trabalhadores terceirizados da Lapa ganham os menores salários do estado (entre os 31 Poupatempos): R\$ 655,40. Eles lutam por um piso de R\$ 953,52 (salário recebido pelas outras unidades do Poupatempo na Capital).

O Sindicato mantém o plantão de greve e acompanhará a volta ao trabalho e se a empresa vai efetuar nesta terça-feira (22/1), como determinado pela Justiça, o pagamento do vale-transporte. Se houver descumprimento, foi estipulada uma multa de R\$ 80 por trabalhador. *Com informações da Assessoria de Imprensa do Sindeepres.*

Date Created

22/01/2013